

Política



ELEIÇÕES EM SP

Bolsonaro diz que queria apoiar Salles

Ex-presidente confirma indicação de coronel à vice de Nunes

PÁGINA
ACQUIRIDA
O CUSTO
DO CÍRCULO

EFEITO CASCATA

Toffoli suspende multa de R\$ 3,8 bi da Odebrecht na Lava-Jato e abre porteira para outras anulações

RAFAEL MORAES MOURA
analista político da coluna de Brasília

Em cinco meses, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli anulou três decisões emblemáticas no combate à corrupção, suspendeu 14 bilhões em multas e abriu caminho para empresas protagonistas da Lava-Jato conseguirem entrar suas condenações. Ontem, o magistrado decidiu sustar os pagamentos do acordo de leniência de R\$ 3,8 bilhões firmado pela antiga Odebrecht e atual Novonor com a Operação Spoofing.

Em setembro do ano passado, em outro processo, Toffoli invalidou as provas do acordo de leniência da Odebrecht, na qual a empresa admitiu crimes e forneceu informações que impulsionaram a Lava-Jato. O ministro apontou que houve conluio entre Ministério Público e a Justiça Federal, a partir das mensagens reveladas na Operação Spoofing. O magistrado chamou a Lava-Jato de "armação" e classificou a condenação e prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "um dos maiores erros judiciais da História".

RANKING INTERNACIONAL
Maior empreiteira do país até a deflagração da Lava-Jato, dez anos atrás, a Odebrecht desempenhou papel decisivo em esquemas de pagamento de propina a autoridades e burla de licitações em órgãos do governo federal, sobretudo durante as gestões petistas, como revelaram as investigações. Os crimes foram confessados num mega-acordo de delação premiada fechado por cerca de 80 executivos da empresa.

Além de detalharem diversos casos de corrupção do qual participaram, os relatores da companhia entregaram documentos, como planilhas e troca de mensa-



Concedida. O ministro Dias Toffoli já anulou três decisões emblemáticas no combate à corrupção, suspendeu 14 bilhões em multas de acordos de leniência

OUTROS ACORDOS DE LENIÊNCIA COM A LAVA-JATO

Empresa	Valor do acordo*	Valor pago*
Braskem	2.872	2.178
AG	1.929	4
AG	1.489	429
Camargo Corrêa	1.396	496
Ute	576	39
Novor	516	6

*Fonte: CGU. *em R\$ milhões. **em Euros

DECISÕES DE TOFFOLI

Setembro de 2023	Dezembro de 2023	Janeiro de 2024
Invalida todas as provas originadas no acordo de leniência da Odebrecht, que impulsionaram a Lava-Jato. Ele apontou conluio entre MP e Justiça Federal.	Cancela, em caráter liminar, multa de R\$ 10,3 bilhões que a J&F aceitou pagar em seu acordo de leniência firmado com a Odebrecht e atual Novonor com a Operação Greenfield.	Suspende os pagamentos do acordo de leniência de R\$ 3,8 bilhões firmado pela antiga Odebrecht e atual Novonor com a Operação Greenfield.

ENTÃO DE LULA

dos com a força-tarefa nos mesmos moldes. Uma delas é a Braskem, controlada pela Odebrecht, cujo acordo prevê pagamento de R\$ 2,8 bilhões. Ao todo, o acordo de leniência firmado pelo Ministério Público Federal com a Odebrecht estipulou R\$ 3,8 bilhões em multas, sendo parte deste valor destinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos e à Procuradoria-Geral da Suíça, que também investigavam a empresa.

Com a correção monetária pela taxa Selic, o valor do acordo da empreiteira chegaria a R\$ 8,5 bilhões ao final dos 23 anos previstos para o pagamento.

Em janeiro deste ano, a Odebrecht pediu a Toffoli uma extensão dos benefícios que ele concedeu à J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, em dezembro passado, quando suspendeu a multa de R\$ 10,3 bilhões que foi parte do acordo firmado em 2017 com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Greenfield.

Amulher de Toffoli, Rober-

ta Rangel, é advogada da J&F no litígio com a Paper Excellence em torno da aquisição da Eldorado Celulose.

A Odebrecht considera o seu caso mais grave que o dos irmãos Batista, já que o acordo de leniência da empreiteira foi fechado com a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba, cujos integrantes entraram na mira das mensagens hackeadas que vieram à tona com a Operação Spoofing.

Na decisão de dezembro, Toffoli disse que as mensagens captadas ilegalmente pelo hacker Walter Delgatti Neto no caso que ficou conhecido como Vaza-Jato levam a "no mínimo uma dúvida razoável" sobre a "voluntariedade dos acordos" da J&F — apesar de o acordo do grupo não ter relação com a Lava-Jato.

Já o acordo de leniência da Odebrecht foi fechado com a Lava-Jato em dezembro de 2016, quando a empreiteira confessou corrupção em 49 contratos entre 2006 e 2014.

O mesmo argumento de Toffoli sobre a J&F foi usado agora. O ministro apontou que houve conluio entre Moro e procuradores da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba para "elaboração de cenário jurídico-processual-investigativo que conduzisse os investigadores à adoção de medidas que melhor conviessem a tais órgãos, e não à defesa em si".

A Odebrecht alega que a troca de mensagens entre Moro e procuradores "revelam um quadro de atuação comum de todas essas autoridades visando à derrocada da Novonor".

"REAVIAÇÃO"

Outro pedido da empresa atendido por Toffoli foi a garantia de acesso à íntegra do material obtido na Operação Spoofing. Em nota enviada à coluna de Malu Gaspar, Moro afirmou que a Lava-Jato "foi reconhecida nacional e internacionalmente como uma das maiores operações de combate à corrupção no mundo". Procurada, a Odebrecht/Novonor não se manifestou. (Colaboraram Dimitrios Dantas e Julia Noia)

ANÁLISE

Piruetas jurídicas só preservam os benefícios

MALU GASPAR - analista político da coluna

A decisão que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli tomou ontem, suspendendo os pagamentos que a Odebrecht ainda tinha que fazer como parte do acordo de leniência com a Lava-Jato, começou a ser arquitetada lá atrás, em maio de 2023.

Na ocasião, Edson Fachin deu a relatoria do caso Vaza-Jato antes da hora e o

entregou direto para Toffoli, driblando o regimento da Corte e evitando a redistribuição do processo por sorteio — que poderia colocá-lo nas mãos de qualquer outro ministro.

Desde então, o magistrado já deu uma série de decisões que supostamente se destinam a corrigir abusos e reequilibrar a transmissão dos casos sob o império da lei, mas, na

prática, o efeito é o contrário.

Na mais marcante delas, tomada em setembro passado, Toffoli anulou as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht em todas as esferas, para todas as ações. Alegou que o processo fora maculado pela falta de acordos de colaboração internacional, mas eles não eram necessários, uma vez que planilhas de propina, extratos bancários, e-mails e registros de retirada de dinheiro foram fornecidos voluntariamente pela empreiteira.

Depois, afirmou que mensagens dos procuradores capturadas ilegalmente pelo hacker Walter Delgatti

Netto sugerem que "há no mínimo dúvida razoável" sobre qual voluntários foram esses acordos.

E atendendo aos pedidos da J&F, em dezembro, e agora da Odebrecht, concedeu a elas acesso aos diálogos e suspendeu os pagamentos até que se consiga analisar todo o material — o que ninguém sabe quando e se pode acontecer, já que Toffoli não estabeleceu nenhum prazo.

Com sua canetada desferida no último dia do recenseio judicialício, o ministro do Supremo corroborou ainda uma pirueta jurídica: as empresas afirmam que fecharam seus acordos sob coerção, num

flagrante atentado ao Estado de Direito, mas não pedem que eles sejam anulados.

Caso o fossem, teriam a chance de acabar de vez com as multas — de R\$ 10,3 bilhões para a J&F, e de R\$ 3,8 bilhões no caso da Odebrecht. Mas perderiam também os benefícios de seus acordos — como a permissão para voltar a disputar obras públicas e receber empréstimos de bancos estatais, além da garantia de que não seriam mais processados pelos crimes já confessados.

Dessa forma, Toffoli colocou as empresas no melhor dos mundos: muito provavelmente não precisarão pagar mais nada, mas tam-

bém não perdem os benefícios recebidos.

Quem deixa de ser compensado por anos de corrupção bilionária — que até agora nem essas empresas e nem Toffoli negaram ter existido — são o Estado e o contribuinte brasileiro.

As perdas tendem a aumentar, já que o ministro sinalizou claramente que deverá atender os pedidos similares.

A fila de empresas querendo se livrar de multas bilionárias é grande, e o valor que ainda falta pagar é ainda mais impressionante. Mas elas sabem que podem contar com Dias Toffoli e sua noção sui generis de proteção do Estado de Direito.